

Líderes querem aumentar prazo para as votações

Josemar Gonçalves



Reunidos durante toda a manhã, os líderes dos partidos políticos representados na Assembleia Nacional Constituinte, foram unânimes em considerar que, mesmo com mais 20 dias de prazo, a Comissão de Sistematização não conseguirá aprovar o texto constitucional elaborado pelo relator Bernardo Cabral. Todos consideraram também que será muito difícil votar 17 artigos diariamente, conforme a determinação do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

“Não sei a motivação política disso. Mas é uma medida insensata e irrealizável”, afirmou o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RS). Ele acha que além dos 20 dias de prorrogação, serão necessários mais 10 ou 15 dias para que a votação do substitutivo-2 de Cabral seja concluída na Comissão de Sistematização. Para o deputado pedetista, os constituintes estão trabalhando o que podem e ir além, seria “improdutivo”. Vivaldo Barbosa acredita que a nova Constituição Federal só sairá mesmo no ano que vem.

Também o deputado Adolpho Oliveira (PL-RJ) criticou a determinação de Ulysses Guimarães, afirmando que “não somos uma linha de montagem de automóveis” e que uma nova prorrogação no prazo da Sistematização será uma consequência lógica que permitirá que o substitutivo de Cabral saia daquela Comissão dentro de 30 dias. Para o deputado, as reuniões entre os líderes partidários permitirá uma redução em cerca de 50% do número de destaques apresentados. Ou seja, dos mais de oito mil, a Comissão de Sistematização analisaria três mil pedidos de destaques.

O líder do PC do B, deputado Haroldo de Lima (BA), acha que essa nova prorrogação só será suficiente para a conclusão dos trabalhos na Sistematização se houver uma mudança na forma de votação. Ele sugeriu, mas não chegou a colocar em discussão no encontro de ontem que através dessas reuniões de líderes seja feita uma seleção dos artigos a serem votados, separando-se os que não apresentem maiores divergências para serem votados em bloco. Haroldo de Lima ressalta que a nova Constituição está sendo, de fato, votada agora. Daí a necessidade de se votar todo o substitutivo nesta fase. Segundo o deputado, “se jogar para o plenário, aí é que não sai mais nada”.

Já o deputado José Genoíno (SP), vice-líder do PT, disse que pedirá nova prorrogação no prazo se a Comissão de Sistematização não concluir seu trabalho nestes 20 dias. Para ele, o “tempo não pode ser colocado acima do conteúdo” e a Sistematização está fazendo um trabalho sério, “debulhando” o substitutivo Cabral. Ele reconheceu, no entanto, que a demora na elaboração da nova Constituição cria um “clima de instabilidade” e acha que Ulysses Guimarães está cumprindo seu papel de presidente da Constituinte mas deve, contudo, informar a população sobre a forma como o trabalho está se desenvolvendo.

Genoíno acha que plenário já pode votar

O deputado José Genoíno (PT-SP) sugeriu que o plenário da Constituinte comece a votar imediatamente os artigos já aprovados na Comissão de Sistematização, como forma de agilizar os trabalhos. Isso serviria também para que 466 parlamentares retornassem ao trabalho na Constituinte, já que no momento apenas os 93 integrantes da Comissão de Sistematização têm direito de voto.

Um grupo de deputados, liderados por Albérico Cordeiro (PFL-AL) e Lúcio Alcântara (PFL-CE), já recolheu cerca de 50 assinaturas pedindo que as sessões da Câmara, ao invés de se realizarem uma vez por semana, sejam convocadas todos os dias. “Quem não participa da Comissão de Sistematização não tem o que fazer na Constituinte agora”, justifica Alcântara.



Reunidas com Arinos, lideranças dizem que prazo é insuficiente

Para Cabral, pressa é “inimiga da perfeição”

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Constituinte, está mais preocupado com a qualidade do texto constitucional do que com a brevidade do processo de votação do substitutivo. A afirmação é do próprio relator que defendeu ontem a necessidade da prorrogação, por 20 dias — até dia 28 de outubro —, do prazo de votação do substitutivo pela Comissão de Sistematização. «A pressa é inimiga da perfeição», comentou Cabral.

O relator foi buscar referências na Constituição espanhola, que levou três anos para ser promulgada, e na portuguesa que demorou aproximadamente dois anos, para defender a sua tese. «Não temos a

extrema necessidade de cumprir data e correr atrás de prazos prescritos. Quando chega a hora em que não se consegue mais avançar, então o jeito é caminhar devagar, para não errar a direção ou cair no buraco», brincou.

Compreensão

Visivelmente abatido e com sinais de uma forte gripe, Cabral apelou para a compreensão dos parlamentares na busca de soluções consensuais para as principais matérias divergentes entre as tendências conservadoras e progressistas. «Se não houver uma composição entre as diversas lideranças não será fácil encontrar a solução», frisou.

Destaques cairão para 3 mil

Os 8.374 destaques apresentados ao segundo substitutivo do projeto de Constituição deverão ser reduzidos até a próxima semana a menos de três mil. A informação é do relator-adjunto da Comissão de Sistematização, deputado Adolpho Oliveira (PL-RJ), que participou ontem da reunião das lideranças partidárias que estão avaliando, diariamente, os pedidos de destaque.

Segundo Adolpho Oliveira, essa redução deverá acelerar bastante os trabalhos da Comissão de Sistematização, “mas mesmo assim não teremos condições de acabar os trabalhos até o dia 28 de outubro”. As lideranças, segundo Oliveira,

estão considerando o trabalho de seleção prévia das emendas mais produtivo do que o envio direto ao plenário — “mesmo que funcionasse o dia inteiro”.

A estimativa de serem retiradas, depois dessa avaliação, mais de 5 mil destaques não é, na sua opinião, “exagerada”. Informou que os líderes e o próprio relator, deputado Bernardo Cabral, estão colaborando na análise global. Explicou que a relatoria informa às lideranças a viabilidade técnica de cada um, já que grande parte das emendas trata de questões referentes à legislação ordinária e, conseqüentemente estão prejudicadas.

Emenda antigolpe é rejeitada

A Comissão de Sistematização rejeitou ontem, por 77 votos a 13, destaque do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) que resguarda a futura Constituição de atos de forças contra ela. Na mesma sessão, não foi aprovado nenhum destaque dos 53 apreciados pelo plenário. Deste total, 25 foram retirados, 27 prejudicados e quatro rejeitados pelo voto.

O maior adversário do destaque de Vivaldo Barbosa foi a redação que o deputado deu ao dispositivo tornando a sugestão confusa e contradutória, segundo o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE). Na opinião do deputado pernambucano, que é da ala progressista, a proposta não deveria ser acatada uma vez que a Constituição não é lugar para teses como a do destaque do seu colega.

Na sua justificativa, Vivaldo Barbosa argumentava que a proposta, prevista nas constituições modernas, torna-se necessário como advertência e possibilidade concreta contra todos os que, em

determinados períodos, se dispõem a atentar contra a Constituição. O relator em exercício, senador José Fogaça (PMDB-RS), louvou a iniciativa do deputado do PDT, mas observou que nenhum artigo constitucional é capaz por si só de evitar um golpe de Estado.

Isenção

Também o destaque do deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ) que previa a isenção do pagamento das contas de água, luz e esgoto, às famílias comprovadamente carentes foi rejeitado. Segundo o deputado Ricardo Izar (PFL-SP) a proposta deveria ser rejeitada pela Comissão, uma vez que ela deveria ser regulada por ato municipal como ocorre em relação à isenção do pagamento das passagens de idosos e carentes. O relator em exercício, senador José Fogaça, também deu parecer contra o destaque sob o argumento de que uma questão tão relativa à legislação municipal não deveria ser elevada ao texto constitucional.